

## **ANEXO B**

### **Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro – Pro-Vias**

#### **A. Objetivo do Programa**

Melhorar e complementar a rede viária do Estado do Rio de Janeiro, promovendo o acesso e a segurança das vias, por meio da execução de ações para incrementar a produção e o turismo do Estado.

#### **B. Descrição e Localização do Programa**

O Programa consiste na reabilitação, melhoria e expansão da rede viária do Estado do Rio de Janeiro, mediante a realização de obras de infraestrutura viária: drenagens, terraplanagens, pavimentação, contenção de encostas; da construção e recuperação de obras de arte especiais: viadutos, pontes e passarelas; e na realização de serviços e obras de sinalização: implementação, recuperação e melhorias.

As obras propostas estão distribuídas em diferentes regiões do Estado.

#### **COMPONENTE 1 – ESTUDOS E OBRAS**

A seguir serão descritas as principais características das obras e estudos incluídos no Programa.

##### **Obra (1): Anel Viário do Distrito Industrial de Campos Elíseos (Arquinho). Município de Duque de Caxias.**

Consiste na construção de um novo acesso ao Distrito Industrial a partir da BR-116 Norte (Rodovia Rio – Teresópolis), e a conclusão da malha viária do Distrito Industrial por meio da implantação de um anel viário e de acessos. Estão previstas ações de pavimentação, drenagem e obras de artes especiais – viaduto, pontes.

##### **Obra (2): Viaduto e ponte sobre o leito ferroviário no Bairro Austin. Município de Nova Iguaçu.**

Consiste na construção de um viaduto e seus acessos, incluindo uma ponte sobre o leito ferroviário, além de ações complementares tais como: pavimentação de ruas e avenidas de acesso em aproximadamente 2 km, implantação de drenagem, sarjetas, sinalização horizontal e vertical e iluminação.

PGNCOF  
01

CAIF  
M.L.

**Obra (3): Urbanização do Bairro Jardim Catarina. Município de São Gonçalo.**

Consiste na execução de obras de saneamento básico e na urbanização das áreas (bacias) denominadas 3B, 5A, 5B, 6B, 6C, 7A, 7B e 8, situadas no Bairro Jardim Catarina.

As obras incluem abastecimento e distribuição de água potável, sistema de esgoto, pavimentação de vias em torno de 35 km, obras de drenagem, paisagismo e implantação de mobiliário urbano.

**Obra (4): Implantação das RJ-194 e RJ-196. Entroncamento BR-101 (Município de Campos dos Goytacazes) – Gargaú (Município de São Francisco de Itabapoana)**

Consiste na construção e pavimentação dos trechos das rodovias estaduais RJ-194 e RJ-196, localizados nos municípios mencionados, com uma extensão aproximada de 39 km.

**Obra (5): Pavimentação da RJ-178 (Dores de Macabu – Divisa Quissamã/Campos dos Goytacazes). Município de Campos dos Goytacazes.**

Consiste na restauração e na construção de cerca de 7,0 km sobre a rodovia RJ-178, que formam um corredor de conexão com a BR-101 e as RJ-106 e RJ-196.

**Obra (6): Restauração da RJ-180 (Dores de Macabu – BR-101/Ponta da Lama) Município de Quissamã e Campo dos Goytacazes.**

Consiste na restauração de cerca de 22 km e a construção de alguns trechos que fazem parte do corredor de conexão com a BR-101 e as RJ-106 e RJ-196

**Obra (7): Restauração com implantação de trevo na RJ-162, interseção com a BR-101 Divisa Rio das Ostras/Casemiro de Abreu (Viaduto sobre a ROS-001) – Entroncamento BR-101 (Rio Dourado/Casemiro de Abreu)**

Este trecho, com aproximadamente 6 km, contempla obras de restauração, construção de acostamentos e a implantação de um trevo.

**Obra (8): Implantação e Restauração na RJ-158. Município de Itaocara, São Fidélis e Cambuci.**

Consiste em obra de restauração construção e pavimentação em uma extensão de cerca de 33,70 km, dividida em três trechos distintos a seguir:



(i) Entroncamento RJ-116 (Trevo Itaocara) - Ponte do Bóia (Divisa Itaocara/Cambuci).

- Restauração de um trecho de cerca de 19,00 km.

(ii) Entroncamento RJ-194/A1 (Ponte do Bóia/Itaocara – Entroncamento RJ-234 (Angelim/São Fidélis)

- Pavimentação de um trecho de cerca de 11 km.

(iii) Entroncamento RJ-234 (Angelim/São Fidélis) – Entroncamento RJ-192 (Dois Rios/São Fidélis)

- Restauração de um trecho de aproximadamente 3,70 km.

**Obra (9): Restauração da RJ-192. Entroncamento RJ-116 (Ponto de Pergunta/Itaocara) – Entroncamento RJ-158 (Dois Rios/São Fidélis). Municípios de Itaocara e São Fidélis.**

Consiste em uma obra de restauração e construção de acostamentos em um trecho de cerca de 27 km.

**Obra (10): Restauração da RJ-127 Trecho Mendes – Entroncamento BR-393 (Trevo de Vassouras). Município de Mendes.**

Consiste na restauração e construção de acostamento em um trecho de aproximadamente 14km extensão.

**Obra (11): Restauração da RJ-106 Entroncamento RJ-106/RJ-140 (fim da pista dupla/São Pedro da Aldeia) – Botafogo. Município de São Pedro da Aldeia.**

Consiste em obra de restauração de cerca de 10 km e a construção de acostamento em alguns pontos, na RJ-106.

## **COMPONENTE 2 – SUPERVISAO DE OBRAS E SOCIOAMBIENTAL**

Para assegurar a qualidade das obras a serem executadas, está previsto que o Órgão Executor execute as obras com projetos e especificações técnicas aprovadas – por pessoal habilitado e capacitado – e realize as correspondentes supervisões técnicas, de acordo com as normas técnicas vigentes, inclusive da gestão dos aspectos sociais e ambientais cabíveis.

A Gestão Ambiental do Programa pretende fazer o acompanhamento sistemático das atividades e seus efeitos sobre o meio ambiente, definir as ações ambientais e a aplicação de programas de proteção para minimizar, controlar e/ou eliminar os efeitos negativos sobre o meio ambiente natural. Mediante as ações deste Programa, espera-

PCF/COF  
Cy

CAF  
TRV

se, também, capacitar recursos humanos e direcionar os financeiros para acelerar os processos de obtenção de eventuais licenças ambientais que se mostrarem necessárias para as obras, em conformidade com a legislação.

### COMPONENTE 3 – ADMINISTRAÇÃO E CUSTOS DO PROGRAMA

As funções do “Órgão Executor”, conforme indicadas no Anexo “A”, ficarão a cargo da Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS), por intermédio da estrutura técnico-administrativa coordenada pela “Unidade de Gerenciamento do Programa” (UGP).

O Órgão Executor contratará uma auditoria independente com o objetivo de auditar anualmente, durante o período de desembolso do empréstimo, a execução do Programa, verificando, com base nos instrumentos estabelecidos, a utilização dos recursos e os pagamentos efetuados com fundos do empréstimo e o cumprimento das condições contratuais.

Estão alocados recursos no item Imprevistos destinados a atender às possíveis variações no orçamento de obras do Programa.

### C - Custo, Financiamento e Desembolsos

#### Quadro 1

Quadro Estimativo de Usos e Fontes (em US\$)

COMPONENTES		FONTES			
		TOTAL		CAF	Contra Partida
1.	Estudos e Obras	512.766.012	96%	299.649.012	213.117.000
2.	Supervisão de obras, ambiental e social	15.983.750	3%	15.983.750	0
3.	Administração e Custos do Programa	4.042.238	1%	4.042.238	0
3.1	UGP – Administração	1.000.000	0%	1.000.000	0
3.2	Auditorias	300.000	0%	300.000	0
3.3	Comissão de financiamento e gastos de avaliação	2.742.238	1%	2.742.238	0
TOTAL		532.792.000		319.675.000	213.117.000

### D - Aspectos Socioambientais

O Órgão Executor deverá identificar os impactos socioambientais das obras e para o controle e acompanhamento de tais impactos, com o objetivo de satisfazer as necessidades das intervenções, reduzir os danos ao meio ambiente derivados destas obras e cumprir com a legislação ambiental e de desapropriações vigentes. As medidas corretivas dos impactos e riscos socioambientais deverão estar previstas no âmbito de atuação do Órgão Executor e nas obrigações contratuais do contratado.



O Programa prevê impactos socioambientais mais significativos nas obras com intervenções em trechos urbanos de maior densidade e mobilidade populacional com um maior volume de tráfego de veículos, onde existe um maior risco de acidentes e/ou a necessidade de realocação de pessoas para liberação de faixa de domínio para as vias.

O Programa prevê, também, baixos e médios impactos socioambientais, em razão de: (i) tratarem-se de intervenções em infraestrutura de pequeno porte, (ii) obras de pequeno porte localizadas principalmente em regiões agrícolas e industriais e (iii) não exigir atividades de desapropriação.

O Órgão Executor incluirá nos editais de licitação de cada obra as medidas de gestão ambiental necessárias para garantir o tratamento adequado dos impactos socioambientais.

A elaboração do projeto executivo permitirá realizar eventuais ajustes necessários quanto às especificações do projeto básico de maneira a atender às normas ambientais vigentes aplicáveis e outras normas técnicas relacionadas às avaliações de imóveis urbanos e rurais .

O Órgão Executor deverá elaborar e implementar um Programa de Gestão Ambiental articulado com as leis orgânicas e os Planos Diretores dos Municípios implicados, gerando sinergia com os programas dos meios de comunicação, melhoria dos cruzamentos urbanos, desapropriações, reassentamentos da população em zonas de risco, proteção de flora e fauna e dos sítios históricos, culturais, artísticos e arqueológicos.

O Programa de Gestão Ambiental prevê o acompanhamento sistemático das atividades e seus efeitos sobre o meio ambiente, definir as medidas de gestão ambiental e a aplicação de programas de proteção ambiental para minimizar, controlar e/ou eliminar os efeitos negativos sobre o meio ambiente natural. Por meio deste Programa, espera-se também orientar recursos humanos e financeiros para a obtenção de licenças ambientais que forem necessárias para as obras.